

EDcl no AgInt nos EDcl no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1240564 - SE (2018/0021385-5)

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
EMBARGANTE : HABITACIONAL CONSTRUÇÕES S/A
ADVOGADOS : ANTÔNIO JOÃO ROCHA MESSIAS - SE001122
ÂNGELO AUGUSTO COSTA DELGADO - DF015537
LEONARDO FERNANDES RANNA E OUTRO(S) - DF024811
PEDRO MORAES MESSIAS - SE000570
JOSÉ AUGUSTO DELGADO E OUTRO(S) - DF029238S
EMBARGADO : ITAU UNIBANCO S.A
ADVOGADOS : CLAUDIA RAQUEL PRISZKULNIK TUNKEL - SP125275
MARCO AURÉLIO QUEIROZ DE SANTA ROZA - SE002067
JOÃO MARCOS FONSECA DE MELO - DF026323
JULIANA BRITTO MELO - DF030163

EMENTA

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. **IRRESIGNAÇÃO SUBMETIDA AO NCPC.** AÇÃO INDENIZATÓRIA FUNDADA NA COBRANÇA DE DÍVIDA INEXISTENTE. EXECUÇÃO QUE PROSSEGUIU POR POUCO MAIS DE DOIS MESES APÓS O RECONHECIMENTO JUDICIAL DA INEXISTÊNCIA DA DÍVIDA. ART. 1.022 DO NCPC. OMISSÃO, OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU ERRO MATERIAL. INEXISTÊNCIA. PRETENSÃO DE REJULGAMENTO DA CAUSA. IMPOSSIBILIDADE. DECISÃO MANTIDA.

1. Aplicabilidade do NCPC a este recurso ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*
2. Inexistentes as hipóteses do art. 1.022 do NCPC, não merecem acolhida os embargos de declaração que têm nítido caráter infringente.
3. Os aclaratórios não se prestam à manifestação de inconformismo ou à rediscussão do julgado que julgou a causa de forma fundamentada, sem omissões, contradições, obscuridade ou erro material.
4. Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro

Documento: 107958325

Página 1 de 2

Superior Tribunal de Justiça

Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrichi, Paulo de Tarso Sanseverino, Ricardo Villas Bôas Cueva e Marco Aurélio Bellizze votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministro Moura Ribeiro
Relator